

PARECER Nº 07/2017

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 03/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

RELATOR: VEREADOR EDMILSON DO CRISPIM SANTANA

RELATÓRIO

De autoria do Prefeito, o Projeto de Lei nº 03/2017, que “*Institui o fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Arinos e dá outras providências*”, foi aprovado com a incidência das Emendas nºs 1 e 2.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 232 do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

A Emenda nº 1 acrescentou parágrafo único ao art. 2º do projeto e, por consequência, a Emenda nº 2 suprimiu o parágrafo único do art. 3º, com seus respectivos incisos.

Ademais, para obter uniformidade dos termos do projeto, foi adotada a expressão “Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa” ao invés de “Fundo Municipal do Idoso”. A primeira expressão está em conformidade com a que consta na ementa e no art. 1º do projeto.

Alterou-se também o preâmbulo do projeto, adotando-se outro modelo mais adequado.

No inciso XII do art. 4º, fez-se a citação da lei federal que estabelece o Estatuto do Idoso.

Por fim, a expressão “instituições financeiras oficiais”, prevista no art. 5º da proposição, foi posta no singular.

Sem mais alterações, passa-se à conclusão do presente parecer.

CONCLUSÃO

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a redação final a seguir redigida, que está de acordo com o aprovado.

Sala das Comissões, 20 de março de 2017.

Vereador EDMILSON DO CRISPIM SANTANA
Relator

PROJETO DE LEI Nº 03/2017
(REDAÇÃO FINAL)

Institui o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Arinos e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARINOS, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 88, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Arinos decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º. Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, instrumento de natureza contábil de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações voltadas à população idosa do Município de Arinos.

Art. 2º. O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será gerido por Comissão Gestora designada, pelo Executivo, e será composta por:

- I-** gestor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- II-** gestor da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento;
- III-** 01 representante do Conselho Municipal do Idoso.

Parágrafo único. Caberá à Comissão Gestora:

- I-** solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal do Idoso;
- II-** submeter ao Conselho Municipal do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;
- III-** ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IV - representar o Fundo perante as instituições financeiras, conforme designação específica do Executivo Municipal;

V - exercer outras atividades indispensáveis para a gestão do Fundo.

Art. 3º. O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, tendo sua destinação liberada por meio de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso.

Art. 4º. Constituirão receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

I- recursos provenientes de transferências estaduais ou federais;

II- as resultantes de doações do setor privado, pessoas físicas ou jurídicas, inclusive, permitindo que estas sejam deduzidas do Imposto de Renda;

III- rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

IV- resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente;

V- dotação própria consignada em orçamento e recursos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

VI- rendimentos provenientes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

VII- produtos provenientes de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VIII- parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamento das atividades econômicas ou de prestação de serviços;

IX- doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

X- outras receitas que venham a ser legalmente instituídas;

XI- doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades governamentais ou organizações não governamentais;

XII- das multas aplicadas com base na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

Art. 5º. As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas em instituição financeira oficial em conta própria do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 6º. A aplicação de recursos de natureza financeira dependerá:

I- da existência de disponibilidade em função do cumprimento da programação;

II- de prévia aprovação pela Comissão Gestora.

Art. 7º. Os recursos financeiros do Fundo serão aplicados em:

I- financiamento total ou parcial de programas e projetos de ações aos idosos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

II- pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público ou privado, quando houver, para execução de programas e projetos específicos aos idosos;

III- aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV- desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e capacitação de recursos humanos, para melhor atender aos idosos;

V- outros benefícios que a Comissão Gestora julgar necessários para atendimento às peculiaridades dos idosos;

VI- repasse às entidades não governamentais, cadastradas no Conselho Municipal do Idoso e no Conselho Municipal de Assistência Social, que desenvolvam

atividades em acordo com o plano de aplicação, mediante convênio.

Art. 8º. O Executivo poderá regulamentar a presente Lei, se necessário.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arinos-MG, 20 de março de 2017.

Vereador EDMILSON DO CRISPIM SANTANA
Relator